

LEMBRANDO A TRAJETÓRIA DE UM PIONEIRO

Pedro Ignacio Schmitz*

INTRODUÇÃO

Cumpridos quarenta anos de trabalhos sistemáticos em arqueologia brasileira, o grupo de pioneiros que teve seu primeiro treinamento ligado à Universidade Federal do Paraná, se reúne para comemorar os cinquenta anos do CEPA desta Universidade e fazer um balanço das atividades individuais e do conhecimento que delas resultou para a compreensão do modo de vida e da história das populações indígenas, bem como do modo de vida e da história das populações coloniais do país.

É diferente a história de cada um desses pioneiros, como é particular a escolha de temas, enfoques, metodologias e estratégias de divulgação dos resultados. Mas existem elementos comuns, que têm sua raiz no solo desta universidade, onde como iniciador do movimento se destaca o Prof. José Loureiro Fernandes e como grande patrocinadora a dra. Betty J. Meggers, sempre secundada por seu esposo, o dr. Clifford Evans.

Refletindo sobre minha trajetória na arqueologia brasileira posso destacar aspectos que julgo serem adequados para uma compreensão mais ampla do desenvolvimento desta ciência no âmbito nacional. Ponho em destaque minha formação em arqueologia, os objetivos perseguidos, os projetos realizados, sua divulgação e, finalmente, sua contribuição para o estudo do modo de vida e da história de populações indígenas do Brasil.

BUSCANDO FORMAÇÃO EM ARQUEOLOGIA

Meus estudos básicos são Geografia e História, conseguidos na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Simultaneamente aprendi rudimentos

* Instituto Anchietao de Pesquisas/UNISINOS. Bolsista do CNPq.
E-mail: anchietano@unisinós.br

de Antropologia, Etnologia e Etnografia, oferecidas pelo catedrático P. Balduino Rambo, SJ. Quando, em 1957, concluí o bacharelado, Rambo me convidou para colaborar com ele como primeiro assistente da cátedra. Na oportunidade ele dividiu as tarefas da incipiente pesquisa, dizendo: “Eu estudo os índios Kaingang e Guarani existentes no Rio Grande do Sul, tu podes fazer carreira como arqueólogo. Eu te proporciono todos os meios a meu alcance.”

A partir do convite de Rambo e, inicialmente com seu auxílio, busquei treinamento através de participação em escavações e estágios acessíveis nas minhas condições. Neste tempo ainda não existia, no Brasil, treinamento pós-graduado em Arqueologia e eu não tinha condições de me afastar de um posto recém conseguido.

Em companhia de Rambo visitei o pe. João Alfredo Rohr, SJ, que já estudava sambaquis em Santa Catarina. Logo estagiei durante um mês nas reduções jesuíticas do Paraguai (1958). Durante dois meses, sob a orientação do dr. Alberto Rex González, participei em escavações no Noroeste Argentino em companhia de mais de trinta alunos da Universidade Nacional de Córdoba (1960). Em 1964 estive durante dois meses no Museu Etnográfico de Viena. Sob a orientação da dra. Annette Laming-Empeaire, participei de escavação no sambaqui do Toral, em Paranaguá (1962) e na escavação na ilha dos Rosa, em Antonina (1966). Com o dr. Igor Chmyz, no CEPA da UFPR, aprendi a classificar cerâmica colonial. Depois (1970/1971), sob a orientação dos doutores Eduardo Mario Cigliano e Alberto Rex González, passei doze meses no Museu e Universidade de La Plata, pesquisando e estudando. Com cartas de recomendação dos professores de La Plata, tive acesso a instituições e áreas arqueológicas do Uruguai, da Argentina, do Chile, do Peru, da Guatemala e do México. Muito importante foi também o seminário coordenado pelo dr. Stanford sobre material lítico, em Antofagasta, Chile e os dois curtos estágios na Smithsonian Institution, Washington, todos proporcionados pela dra. Betty J. Meggers. Estas visitas e estágios permitiram uma visão ampla das culturas americanas, de sua evolução e diversidade, que proporcionaram referências para entender e contextualizar as culturas indígenas desenvolvidas no Brasil.

Uma experiência diferente, mas muito importante por circunstâncias particulares, foram três meses entre a Itália, a Áustria e a Alemanha, buscando entender a cultura do império romano em seu núcleo central e na fronteira com as populações germânicas. Como herdeiro do latinista P. Milton Valente, SJ, me tornei o curador e guarda de um enorme acervo documental e bibliográfico sobre Roma antiga.

Finalmente, para validar os conhecimentos adquiridos em todas estas experiências e já detentor de uma respeitável biblioteca

especializada, em 1976 fiz concurso de Livre-docência em Antropologia, na PUCRS, que me rendeu o título de livre-docente em Antropologia e de Doutor em História e Geografia. Esses três campos de conhecimento sempre estiveram na base dos trabalhos arqueológicos. Lecionei Antropologia durante 36 anos na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e na Universidade do Vale do Rio dos Sinos. E, desde a década de 1960, ensino Arqueologia e Pré-história na Unisinos. Da participação em programas de pós-graduação resultaram, até agora, 37 dissertações de mestrado e 6 teses de doutorado.

Ao contrário dos novos arqueólogos, que recebem treinamento sistemático antes de assumirem projetos de pesquisa, geralmente em áreas previamente desbravadas e com modelos de ocupação e cultura ao menos esboçados, como pioneiro não tive à disposição um treinamento pós-graduado sistemático e tive de enfrentar territórios desconhecidos nos quais, com apoio teórico e metodológico limitado, busquei sítios, caracterizei culturas e criei um primeiro panorama arqueológico de amplas regiões do Brasil.

Minha pesquisa foi sempre acadêmica, com enfoque predominantemente histórico-cultural. O objetivo, que a tudo presidia, era a criação de uma história das populações indígenas que servisse para se fazer um relato mais verdadeiro da trajetória das populações, que se estabeleceram no amplo território, que atualmente se chama Brasil. Desbravar estes espaços, perceber como populações se instalaram nos variados ambientes, ali organizaram seu modo de vida e se reproduziram durante séculos e milênios, estava sempre orientando meu trabalho.

OS PROJETOS, AS EQUIPES, AS INSTITUIÇÕES

Meus primeiros trabalhos foram observações isoladas e assistemáticas: um sítio com cerâmica Tupiguarani em Itapiranga, SC (1957), um sítio com cerâmica Tupiguarani, cerâmica Taquara e pontas de projétil de tradição Umbu, em Osório, RS (1958), uma grande coleção de fragmentos de cerâmica Tupiguarani no Colégio Catarinense, em Florianópolis (1959).

A pesquisa sistemática teve início em 1965, depois de concluir meus estudos religiosos, e se desenvolveu paralela ao Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (Pronapa). Naquele momento, o IPHAN, sob a presidência do dr. Rodrigo Melo Franco de Andrade e a coordenação da Arqueologia aos cuidados do dr. Alfredo Th. Rusins, começou a oferecer pequenas somas de dinheiro para levantamento e cadastro de sítios arqueológicos em diversos estados do Brasil.

Com estes recursos e o permanente apoio da dra. Betty J. Meggers e do dr. Clifford Evans, nasceu o *Programa Arqueológico do Rio Grande do Sul*, do Instituto Anchieta de Pesquisas, que tinha como objetivo localizar e estudar sítios arqueológicos nas diferentes áreas e nos variados ambientes do Estado. Neste programa se foram engajando professores de diversas instituições universitárias, cujos nomes vale a pena lembrar: Ítala Irene Basile Becker, Pedro Augusto Mentz Ribeiro, Guilherme Naue, Fernando La Sálvia, Maria Helena Abrahão Schorr, Danilo Lazzarotto; em alguns momentos também José Proenza Brochado, Arno Alvarez Kern e André Luis Jacobus.

Na oportunidade foram estudados os principais ambientes do Estado: o Planalto das Araucárias com suas casas subterrâneas, ligadas à tradição Taquara; as planícies florestadas dos rios que drenam o Planalto, com as aldeias dos horticultores da tradição cerâmica Tupiguarani e, nos mesmos vales, os abrigos rochosos ocupados por populações ligadas à tradição lítica Umbu; também foram estudados os campos meridionais, onde se localizam grandes conjuntos de “cerritos” pré-cerâmicos e cerâmicos da tradição Vieira. Houve até algum contato com sambaquis litorâneos.

O programa buscava um princípio de interdisciplinaridade, agregando à análise da cerâmica e do lítico, o estudo dos restos faunísticos e a história das populações indígenas coloniais.

Como forma de agregação dos pesquisadores e difusão dos resultados nasceu o Simpósio de Arqueologia da Área do Prata e Adjacências, que teve três encontros no Instituto Anchieta de Pesquisas (1967, 1968, 1969) e reuniu arqueólogos brasileiros, uruguaios e argentinos. O termo “Adjacências” chegou a ser interpretado em termos bem amplos, incluindo os estados de Pernambuco, donde vinha Marcos Albuquerque e o Rio Grande do Norte, donde Nássaro da Souza Nasser vinha participar.

O Programa Arqueológico do Rio Grande do Sul, que se estendeu ao oeste da República Oriental do Uruguay, desenvolveu-se com menor rigor teórico e metodológico que o PRONAPA, mas com maior participação das instituições do Estado, em algumas das quais se criaram centros de pesquisa, alguns de vida efêmera, outros permanentes (Caxias do Sul, Ijuí, Passo Fundo, Santa Cruz do Sul, PUCRS).

Os trabalhos principais estão concentrados de 1965 a 1973. Aos poucos o grupo se desestruturou e pesquisadores importantes se deslocaram para assumir projetos em outras áreas do Brasil.

Os resultados foram sistematicamente divulgados na série “Arqueologia do Rio Grande do Sul, Brasil. Documentos”, volumes 1 a

8 e 10, nos volumes da revista Pesquisas, Antropologia 16, 18, 20, 23, 29, 34, 35, 37, 47 e, ainda, em Publicações Avulsas, onde apareceu minha tese de livre-docência sobre os “Sítios de pesca lacustre em Rio Grande, RS, Brasil”.

De 1973 a 1998 o programa do Instituto Anchieta de Pesquisas realizou trabalhos mais esparsos. Neste último ano foi retomada a pesquisa no Planalto das Araucárias, buscando melhor compreensão do sistema de assentamento das populações construtoras de casas subterrâneas. O projeto Vacaria, RS, executado de 1998 a 2002, foi publicado na revista Pesquisas, Antropologia 58. O projeto São Marcos, RS, começado em 2003 e o projeto Taió, SC, começado em 2005, ainda estão inconclusos e pouco divulgados.

Em julho de 1972 o reitor da Universidade Católica de Goiás (UCG) me convidou para dar um curso de arqueologia teórica e prática em sua universidade, na cidade de Goiânia. Durante os quinze dias do curso, ao introduzir os alunos na Arqueologia e principalmente ao acompanhá-los nos trabalhos de campo, me dei conta de que no imenso estado, que então reunia Goiás e Tocantins, havia poucos estudos e muitas pessoas ansiosas por se engajar num programa. A consequência dessa percepção foi a elaboração do *Programa Arqueológico de Goiás*, executado numa colaboração entre o Instituto Anchieta de Pesquisas/Unisinos e a Universidade Católica de Goiás. Essa frutífera colaboração deu origem a uma nova equipe, de arqueólogos, antropólogos e indianistas, sob a direção de Altair Sales Barbosa, e a uma nova instituição, o Instituto Goiano de Pré-história e Antropologia (IGPA/UCG), que continua pesquisando, ensinando, formando e divulgando.

Para captar as variações culturais nas áreas de cerrado do Brasil Central, abrangidas pelo território de Goiás, o programa estabeleceu projetos de 20.000km², distribuídos pelo norte, o sul, o leste, o oeste, o centro e ainda o centro-sul do território. O projeto do leste do Estado foi posteriormente deslocado para o sudoeste da Bahia porque a equipe de Alfredo Mendonça de Souza, enquanto nosso projeto esperava para ser executado, estabeleceu nele o projeto Paraná. Em cada projeto eram estudados ao menos 40 assentamentos, em três amostragens espaciais previamente estabelecidas, através das quais se esperava captar a diversidade da cultura pré-histórica ali representada. O volume de investimento em cada sítio e em cada área dependia do tipo de cultura, do material presente e de seu estado de conservação.

Em todos os projetos apareceram abrigos ocupados e sítios construídos a céu aberto. Os abrigos estavam intactos em seus estratos, em suas gravuras e pinturas. Os sítios a céu aberto eram encontrados, principalmente, em áreas cultivadas, algumas recentemente.

Os assentamentos de caçadores eram numerosos em abrigos e, em certas regiões, restos de acampamentos também podiam ser encontrados a céu aberto. Eles oferecem excelentes amostras do modo de vida dos caçadores do Holoceno antigo (tradição Itaparica) e do Holoceno médio (tradição Serranópolis).

Os assentamentos de horticultores estão representados por restos de grandes aldeias da tradição cerâmica Aratu e da tradição cerâmica Uru, e por pequenas intrusões da cerâmica Tupiguarani. Dos horticultores da tradição cerâmica Una existem boas amostras em abrigos rochosos.

As pinturas e gravuras formam conjuntos característicos: as pinturas estudadas no sudoeste da Bahia foram atribuídas à tradição São Francisco, as encontradas no oeste de Goiás receberam o nome de “estilo Caiapônia”, as do sudoeste, de “estilo Serranópolis”. As amostras de gravuras ainda estão sem nome próprio.

Para divulgação e socialização dos resultados foi criado o Seminário Goiano de Arqueologia, que teve três reuniões (1976, 1978, 1980). Por ocasião da última, na qual esteve presente a maior parte dos arqueólogos brasileiros em atividade, foi fundada a Sociedade de Arqueologia Brasileira - SAB.

Os resultados dos diversos projetos arqueológicos foram publicados na revista Pesquisas, Antropologia, números 33, 34, 44, 52, 60 e em Publicações Avulsas da mesma instituição: Caiapônia (geral), Serranópolis II (pinturas e gravuras) e Serra Geral da Bahia (pinturas e gravuras). Também o IGPA divulgou os resultados através do Anuário de Divulgação Científica e de publicações avulsas.

O Programa Arqueológico de Goiás estendeu-se de 1973 a 1984 e abrangeu ainda o ano de 1999, para alguns complementos em Serranópolis. Os modelos desenvolvidos por ele foram básicos para uma primeira compreensão das áreas de cerrado, tanto no que se refere aos caçadores, quanto aos horticultores.

É preciso registrar que, paralelamente ao Programa Arqueológico de Goiás, foram desenvolvidos projetos resultantes de convênios firmados pelo Museu de Antropologia da Universidade Federal de Goiás, com a Universidade Federal do Paraná, com o Museu Paulista e com a Universidade Estácio de Sá, que trabalharam amostras parecidas, usando enfoques e métodos próprios. Os resultados de todos esses projetos são complementares.

Encerrado o Programa Arqueológico de Goiás foi criado, com os mesmos objetivos e métodos, o *Programa Arqueológico do Mato Grosso do Sul*, em convênio firmado entre o Instituto Anchieta de Pesquisas/Unisinós e a Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. Dos quatro projetos previstos foram executados apenas dois.

No projeto Alto Sucuriú (1985-1989), junto às nascentes do rio Sucuriú, que desemboca no Paranaíba, em terras altas cobertas por cerrados semelhantes aos de Goiás, foram estudados sete abrigos rochosos, nos quais se conseguiram amostras de assentamentos de caçadores do Holoceno Antigo e do Holoceno Médio, pinturas e gravuras, semelhantes às de Serranópolis, do Programa Arqueológico de Goiás, mas nenhuma boa representação de grupos ceramistas.

O resultado desta pesquisa está completo em duas dissertações de mestrado, a primeira, de Ellen Veronese (1993), que dá conta dos resultados gerais do projeto, a outra, de Marcus Vinicius Beber (1995), que estuda a arte rupestre local.

No projeto Corumbá (1990-2001), foi estudada uma área característica do Pantanal. O projeto, de 5.000km², abrange uma parte do curso do Alto Paraguai, os campos e lagoas adjacentes e o Complexo Urucum, um pequeno planalto residual. No espaço delimitado foram visitados numerosos sítios, o mais antigo dos quais, ainda cronologicamente isolado, foi datado em mais de 8000 anos A.P. A partir de 5000 anos A.P. apareceram diversos sítios pré-cerâmicos que, a partir de 2800 anos A.P., são substituídos por ocupações semelhantes, mas ceramistas, da tradição Pantanal. A estes assentamentos estão ligados 5 grandes lajedos cobertos por 3.300m² de grandes gravuras.

Na encosta florestada do Complexo Urucum foram encontrados diversos sítios de horticultores da tradição cerâmica Tupiguarani, mas também sítios cerâmicos atribuídos a índios pastores de tronco Guaicuru e a dois assentamentos missionários de meados do século XIX, onde frades capuchinhos teriam reunido, por breves períodos, populações de língua aruaque e guaicuru.

As pesquisas foram intensamente divulgadas para a população local e deram origem a um gabinete de pesquisa arqueológica, no núcleo regional da UFMS, que é coordenado pelo dr. José Luis dos Santos Peixoto.

Junto às pesquisas arqueológicas foram estudadas as populações coloniais do Pantanal e do território chaquenho próximo.

Os resultados gerais do projeto foram publicados na revista Pesquisas, Antropologia, número 54. Nove dissertações de mestrado trataram de aspectos específicos: os lajedos com gravuras (Maribel Girelli, 1994), a ocupação Tupiguarani do Complexo Urucum (José Luis dos Santos Peixoto, 1995), os índios Chané e Xaray (Maria Eunice J. Schuch, 1995), os índios Guató (Jorge Eremites de Oliveira, 1995), os índios Mbaíá-Guaicuru (Ana Lúcia Herberts, 1998), os índios Paiaguá (Magna Lima Magalhães, 1999), os índios Toba (Dóris Cypriano, 2001 e Elaine Smaniotto, 2003), a missão de San Ignacio de los Zamucos

(Fúlvio Vinicius Arnt, 2005). Ainda existe um trabalho sobre a missão Nossa Senhora do Bom Conselho, de meados do século XIX (José Luis dos Santos Peixoto & Pedro Ignácio Schmitz, 1998).

Com o término do trabalho em Goiás, e correndo paralelo ao Programa Arqueológico do Mato Grosso do Sul, teve início a *Pesquisa Arqueológica no Litoral Meridional do Brasil*, surgida, em 1984, com o falecimento do pe. João Alfredo Rohr, SJ, do qual fui declarado herdeiro e continuador. Pe. Rohr vinha divulgando regularmente seus achados, principalmente em revistas populares, porém muitos materiais e informações tinham ficado sem a conveniente análise e publicação em revistas científicas. O material e a documentação das seis maiores escavações foi considerado merecedor de uma nova análise com vistas a uma publicação definitiva. Três desses assentamentos são sambaquis pré-cerâmicos (Pântano do Sul, Armação do Sul e Laranjeiras I), três são aldeias litorâneas de populações da tradição cerâmica Itararé (Tapera, Laranjeiras II e Cabeçudas). Nas publicações são recuperadas as informações do diário de campo sobre implantação, estratigrafia, sepultamentos, estrutura das aldeias, e os resultados da análise dos artefatos líticos, cerâmicos, ósseos, conchíferos e dos restos faunísticos das camadas estratigráficas.

Os resultados foram publicados na revista *Pesquisas, Antropologia* 45 (Tapera), 48 (Armação do Sul), 49 (Laranjeiras II), 53 (Pântano do Sul, Laranjeiras I e Cabeçudas).

O Museu do Homem do Sambaqui P. João Alfredo Rohr, SJ, foi reestruturado para visitação pública e as coleções de esqueletos humanos passaram a ser estudadas cientificamente por membros da equipe do Instituto Anchietano de Pesquisas e por biólogos de outras instituições. O primeiro destes trabalhos chama-se “Bocas e dentes. O estudo dos esqueletos escavados por pe. João Alfredo Rohr, SJ, no litoral de Santa Catarina”, publicado em “Arqueologia do Rio Grande do Sul, Brasil. Documentos”, número 9.

O estudo da obra de pe. Rohr abriu a perspectiva da equipe do Instituto Anchietano de Pesquisas para a diversidade das formas de ocupação do litoral e da planície costeira meridional. E levou, imediatamente, a duas novas escavações em superfícies amplas: Içara I (SC-IÇ-01), escavado entre 1992 e 1995, um jazigo funerário, sem cerâmica, de ocupação estacional, no qual foram recuperados 65 indivíduos, alguns em deposição primária, outros em deposição secundária e muitos cremados em covas coletivas. O trabalho completo foi publicado na revista *Pesquisas, Antropologia* 55. A mesma escavação também deu origem à dissertação de mestrado de Juliane Maria Izidro (2001). A segunda escavação foi do sítio Içara 2 (SC-IÇ-06), um típico

sambaqui, de ocupação predominantemente hibernal, escavado em 1996. O trabalho foi publicado em Pesquisas, Antropologia 63.

Do litoral de Santa Catarina o programa se expandiu para o Litoral Central do Rio Grande do Sul, com o estudo de 18 novos sítios. Alguns, datados ao redor do começo da era cristã, são assentamentos temporários de pescadores, sem indústria lítica, óssea ou conchifera, nem sepultamentos, que permitam incorporá-los na categoria de sambaquis. Sobre eles, e ao lado deles, há acampamentos transitórios, do período quente do ano, de populações das tradições cerâmicas Tupiguarani e Taquara.

Estes achados confirmam o que se havia percebido com as escavações do pe. João Alfredo Rohr, de que a exploração do litoral atlântico é mais complexa do que inicialmente se acreditava, havendo, ao lado de assentamentos de populações estabelecidas permanentemente ao longo do Oceano, outras populações que o visitavam estacionalmente e até mesmo nele chegavam a se estabelecer.

AS CONTRIBUIÇÕES MAIS IMPORTANTES PARA A ARQUEOLOGIA DO BRASIL

A avaliação de quarenta anos de trabalho, num setor que se tornou dinâmico, envolve aspectos subjetivos, mas é uma tarefa necessária.

Certamente uma contribuição importante dessas quatro décadas foi desbravar grandes espaços do território nacional, cuja arqueologia continuava desconhecida. No Rio Grande do Sul o trabalho foi feito paralelamente com o Pronapa. Em outras áreas, como nos cerrados do Brasil Central e no ambiente do Pantanal, nossos projetos foram grandemente pioneiros, surgindo projetos de maior ou menor importância de outros pesquisadores durante ou depois deles. A formulação de modelos de ocupação para essas áreas era o objetivo principal da pesquisa.

Por não ser possível oferecer muitos detalhes, divido este item em dois grandes temas: os caçadores e os horticultores.

Os caçadores

Uma das contribuições mais importantes para a compreensão de como foi ocupado o território brasileiro é a demonstração de que desde o começo do Holoceno existem adaptações e tradições

tecnológicas regionais: as indústrias líticas das savanas tropicais são marcadamente unifaciais, ao passo que as indústrias líticas das florestas e campos subtropicais são predominantemente bifaciais. Só muito lentamente esta constatação foi sendo aceita, tanto no país, como no exterior.

Para as savanas tropicais os sítios mais importantes, que pesquisamos, são os quarenta abrigos de Serranópolis, nos quais foi possível caracterizar os caçadores do Holoceno antigo e médio quanto ao instrumental lítico e ósseo, aos recursos apanhados para a alimentação, à forma e intensidade de ocupação dos abrigos, ao período cronológico e à oscilação climática refletida nos sedimentos. No período, que se estende de 11000 a 9000 ou 8500 anos A.P., os instrumentos líticos mais característicos são raspadores terminais alongados (“lesmas”), os artefatos ósseos são espátulas feitas com ossos de mamíferos de porte médio, a alimentação é baseada em caça generalizada e coleta de frutos da região. O assentamento de um grupo é constituído pelo estabelecimento não em um, mas simultaneamente em vários abrigos próximos, ocupados diferencialmente em razão de suas qualidades e recursos. A intensidade da ocupação desses assentamentos é grande, contradizendo o pressuposto de uma população caçadora em permanente circulação. A insignificante presença de pontas de projétil e de outros artefatos bifaciais no conjunto de instrumentos, em que predominam longos raspadores bem acabados e muitas vezes retomados, afirma a originalidade da formação cultural surgida nas savanas tropicais. Estas são as características da tradição Itaparica.

A ocupação com estas características termina, abruptamente, substituída por uma outra, em que a indústria lítica é composta por lascas não padronizadas com pequenas intervenções assistemáticas; as espátulas de osso de mamífero desaparecem; os moluscos terrestres aumentam; e sepultamentos, de corpos flexionados, que antes não existiam, se tornam comuns. É o que propomos chamar tradição Serranópolis.

O que provocou a inesperada ruptura, se uma mudança ambiental, uma troca de população, ou alguma outra causa, ainda não sabemos. Aparentemente ela se deu em todas as savanas tropicais brasileiras.

Nos abrigos pesquisados no Alto Sucuriú, MS, a ocupação é semelhante, mas consideravelmente menos intensa, como se fosse uma área periférica de Serranópolis.

Comparando nossos achados com os de outros pesquisadores das savanas próximas, notamos que abrigos com ocupações parecidas

existem em Minas Gerais, no vale do rio Peruaçu, trabalhados desde três décadas pela equipe do setor de Arqueologia da UFMG, e no Alto São Francisco, onde foram estudados pela equipe do Instituto de Arqueologia Brasileira (IAB). Com o estudo das camadas e das pinturas dos abrigos está-se consolidando o conhecimento dos caçadores e coletores holocênicos do cerrado e da caatinga.

Mas isto não basta. Estes grupos também ocuparam áreas em que, ou não existem abrigos, ou estes são raros e inadequados e os recursos dispersos no território, obrigando-os a maior movimento e menor estabilidade. Nosso trabalho no sudoeste da Bahia era destinado a compreender sua forma de assentamento num ambiente às vezes muito pobre, mas o projeto foi encerrado antes de chegar a uma conclusão satisfatória. Lucas Bueno assumiu esta problemática e, na sua tese de doutorado defendida na USP (2005), sobre o médio Tocantins, demonstrou como populações da tradição Itaparica se estabeleciam num ambiente a céu aberto e se movimentavam para juntar os recursos disponíveis na proximidade do grande rio.

Também estão sendo realizadas pesquisas sobre o mesmo período no Nordeste, com o que o modelo produzido para a ocupação holocênica das savanas tropicais vai conseguindo aceitação, sem deixar de ser testado em termos de consistência e aplicabilidade a outras extensões do cerrado ou da caatinga, seus limites ambientais e cronológicos.

Ao redor de 7000 anos A.P. a ocupação das savanas tropicais torna-se pouco visível, sem haver uma explicação satisfatória para essa diminuição e seu reaparecimento alguns milênios depois.

Nas florestas e campos subtropicais, domínio das indústrias bifaciais da tradição Umbu, não temos produzido uma contribuição semelhante para a compreensão dos caçadores holocênicos. Em 1970 escavamos pequeno abrigo, em Bom Princípio, RS, cuja primeira ocupação Umbu data de 7800, uma segunda de 1400 anos A.P. Nele sobrou apenas o material lítico, atualmente em estudo, cuja divulgação está prevista para 2007. Em 1985 e 1986 escavamos parcialmente outro abrigo, ocupado desde o holoceno antigo, mas também sem material faunístico, no atual município de Lindolfo Collor, RS, que foi tema da dissertação de mestrado de Adriana Schmidt Dias (1994), defendida na PUCRS. Atualmente o biólogo André Osório Rosa se dedica ao estudo dos abundantes restos faunísticos do importante abrigo Garivaldino, em Montenegro, escavado por Pedro A. Mentz Ribeiro, cujas datas cobrem o Holoceno antigo e médio. Com esta publicação pretendemos oferecer uma contribuição válida para o abastecimento das populações caçadoras do Holoceno no Sul do Brasil, que facilmente

pode ser comparado com o dos caçadores da mesma época estudados em Serranópolis, GO.

Nossa contribuição para o conhecimento dos caçadores antigos do Rio Grande do Sul corre paralela a pesquisas importantes de outros arqueólogos, inicialmente de Eurico Th. Miller nos abrigos da encosta do Planalto e nos sítios a céu aberto da margem esquerda do rio Uruguai e, mais recentemente, a pesquisa em abrigos, de Adriana Schmidt Dias, bem como das análises de restos faunísticos de caçadores holocênicos feitos por André Luis Jacobus sobre sítios escavados por Miller e Dias. Temos estudos de caçadores do Holoceno tardio em abrigos da encosta do planalto, em numerosos “cerritos”, inicialmente pré-cerâmicos, depois ceramistas, nos campos meridionais e atualmente estamos estudando um conjunto de sítios a céu aberto na Mata Atlântica da encosta leste do planalto catarinense. Tanto os sítios antigos, como os recentes, sugerem ocupação por populações menos estáveis que as encontradas em Serranópolis, nos cerrados do Brasil Central. A possibilidade de ligar estes sítios a grupos historicamente conhecidos está sempre em nosso horizonte, mesmo que seja como hipótese.

Uma seqüência importante, em cujo projeto tive interferência como consultor, é a da Furna do Estrago, no Brejo da Madre de Deus, entre o Agreste e o Sertão pernambucanos. A ocupação indígena, que inicia 11070 anos A.P., mostra sucessivas ocupações efêmeras de caçadores de pequenos mamíferos, animais que vivem entre as rochas graníticas dos morros; a última ocupação é um grande cemitério, datado entre 2000 e 1000 anos A.P. A dissertação de mestrado de Jeannete Maria Dias de Lima sobre a escavação apresentada na UFPE (1986), e a tese de Sheila Mendonça de Souza, defendida na Escola Nacional de Saúde Pública (1995) sobre os esqueletos recuperados no cemitério, apresentam parcelas da riqueza do abrigo, o qual carece de uma publicação sistemática, incluindo a oscilação da umidade, os restos faunísticos, a análise do acompanhamento funerário (cestos, esteiras, colares, resíduos fecais entre outros), para se entender melhor a ocupação das áreas semi-áridas do Nordeste.

No Rio Grande do Sul conseguimos produzir um modelo para o abastecimento e movimentação dos ocupantes dos *cerritos*: Na margem da Lagoa dos Patos eles estacionam no período quente do ano, sendo predominantemente pescadores e coletores de frutos nas florestas locais de palmeiras jerivá e butiá; nos campos do interior, para onde se movem no período frio do ano, são predominantemente caçadores de veados. O modelo está incompleto, sendo necessário voltar, com mais técnica e teoria, especialmente para os *cerritos* do interior, onde a disponibilidade de peixes e palmeiras é menor.

Nesse contexto preciso lembrar os dez anos de pesquisa no Pantanal, onde também estudamos o sistema de assentamento de caçadores adaptados aos recursos da água. Os grupos, inicialmente sem cerâmica, depois ceramistas, acompanhavam o movimento de subida e descida das águas do rio Paraguai, estabelecendo assentamentos centrais na beira das lagoas, ancoradas no pequeno planalto junto ao rio, onde estão o ano todo, mas concentrados principalmente quando as águas do Paraguai estão baixas e os recursos estão concentrados nas lagoas; mas tendo assentamentos transitórios nos campos, que alagam com a enchente do rio, levando consigo os peixes e outros recursos da água. Foram também estudadas populações indígenas do período colonial para conhecer seu sistema de assentamento e a organização social correspondente. Os modelos produzidos têm bastante consistência, mas novos testes e enfoques ainda são muito necessários.

Ligados aos recursos da água de maneira mais estável são os chamados sambaquis. Eles podem apresentar uma estruturação social mais complexa em locais onde os recursos são mais permanentes, como no canal de Babitonga, no Litoral Norte e junto à cidade de Laguna, no Litoral Sul de Santa Catarina. Os que pe. Rohr escavou no Litoral Central desse Estado e nós publicamos, se assemelham a acampamentos com certa estabilidade, ou acampamentos freqüentemente repetidos no mesmo local. Os concheiros do litoral de Quintão, no Rio Grande do Sul, apresentam-se como acampamentos estacionais, pouco duradouros, de populações não identificadas, em áreas de litoral com recursos desiguais nas diversas estações do ano.

O estudo das diversas formas de ocupação da planície costeira meridional, por populações sem e com cerâmica, vem nos ocupando desde mais de vinte anos, resultando numa visão de variedade e variabilidade de ocupações antes não suspeitada. E os projetos continuam.

Como se mencionou no item anterior, as populações de caçadores costumavam ter suas representações artístico-simbólicas sob a forma de pinturas e/ou gravuras. Em nossos projetos nas savanas tropicais tivemos oportunidade de encontrar e documentar estilos bastante variados. No Sudoeste da Bahia entramos num território dominado pela tradição São Francisco, mas as pinturas de Serranópolis e de Caiapônia, no Sudoeste de Goiás, nos puseram em contato com estilos que não podem ser facilmente atribuídos a alguma das tradições já estabelecidas para o território brasileiro. Os caçadores também usavam gravuras com simbologia própria, como são os grandes petróglifos junto aos aterros do Pantanal, ligados a um amplo horizonte

que se estende ao longo de rios e lagoas do Brasil Central chegando até a Amazônia. Em menor escala, mas de uma forma significativa, estudamos as gravuras do estilo “Pisadas” em abrigos do Rio Grande do Sul.

Nosso trabalho com pinturas e gravuras do Brasil estava mais empenhado na documentação e numa primeira classificação estilística, do que na interpretação de seu significado.

Resumindo: A pesquisa de populações caçadoras, com ou sem cerâmica, em grandes áreas do Sul, do Centro-Oeste e do Nordeste do Brasil, produziu modelos gerais sobre espaços e ambientes ocupados, movimentação no território, subsistência, tecnologia, representação e ritual funerário dessas populações, num enfoque básico histórico-cultural. Mesmo sob este aspecto muito falta a pesquisar, melhorando os conhecimentos e cobrindo espaços não estudados. Lembremos, ainda, que, nestes quarenta anos, foram levantados novos problemas, surgiram novos enfoques e métodos mais ajustados, que se destinam a projetar novas luzes sobre velhos e novos temas.

Os Horticultores

Em todos os nossos projetos nos deparamos com populações horticultoras e com relação a elas fizemos algumas contribuições, que vale a pena lembrar.

No Centro-Oeste e no Sul encontramos restos de aldeias de horticultores das tradições Aratu/Sapucaí, Uru, Una, Tupiguarani e Taquara/Itararé.

Em nosso primeiro projeto em Goiás, explorando o espaço conhecido como Mato Grosso de Goiás, uma área fértil originalmente coberta por densa mata, no divisor de águas entre as bacias do Amazonas, do São Francisco e do Paraná, fizemos contato com grandes sítios, cuja cerâmica se assemelhava à descrita por Valentin Calderón para o campo de urnas da cidade industrial de Aratu, em Salvador, BA; era semelhante também à que Ondemar Dias Jr. vinha encontrando no Alto São Francisco em Minas Gerais, e que foi chamada Sapucaí. Os sítios que nós estudamos passaram a ter o nome de fase Mossâmedes, tradição Aratu. O vasilhame, com antiplástico mineral ou vegetal, comportava desde grandes vasos piriformes a painéis médios e pequenas tigelas, sem pintura nem decoração plástica, nas quais eram usados como antiplástico ora elementos minerais, ora um tipo de cariapé. Esta cerâmica é abundante na área central de Goiás e suas datas mais antigas parecem não ultrapassar os mil anos de nossa era.

Nosso trabalho, com enfoque histórico-cultural, abriu caminho para a dissertação de mestrado de Irmhild Wüst (1983), com enfoque

geográfico, e para a tese de Érika Robrahn-González (1996), que usou enfoque de identidade cultural. Ainda houve alguns trabalhos complementares, mas, com isso, o interesse por essa cultura esmoreceu. Nós, depois do primeiro levantamento, identificação e datação, também não retornamos a ela.

A tradição Aratu identifica uma população horticultora, com grandes aldeias circulares, em terrenos ondulados mais densamente vegetados no Nordeste e no Centro do país, tendo seu limite ocidental na bacia do rio Araguaia, onde encontra a tradição Uru e no Estado de São Paulo, onde encontra a tradição Taquara/Itararé. Jésus Marco de Ataídes, em sua dissertação de mestrado na UFGO (1991), colocou os Caiapó do Sul, do tronco lingüístico Jê, como seus continuadores.

No mesmo primeiro projeto encontramos, misturada nos assentamentos da fase Mossâmedes, e logo também em sítios puros, uma cerâmica grande, em que predominavam vasilhas de base plana ou em pedestal, com forma de grandes cântaros piriformes, bacias, pratos ou tigelas e usando, como antiplástico, predominantemente um cariapé diferente daquele usado pela fase Mossâmedes. Também carecia de pintura e decoração plástica. Como ainda não havia uma denominação que a identificasse, criamos a tradição Uru. A partir de seu limite oriental na bacia do Araguaia, ela se estende pelos cerrados do Mato Grosso. Inicialmente pensava-se que tivesse origem em alguma das tradições amazônicas; Denise M.C. Gomes, em sua tese de doutorado na USP (2005) acredita que ela seja mais uma tradição dos cerrados.

Após nossos trabalhos iniciais, Irmhild Wüst, em sua tese de doutorado na USP (1990) a estudou no Mato Grosso e Érika Robrahn-González também voltou a ela em sua tese na USP (1996). Cerâmica semelhante é ainda produzida pelos Carajá do Araguaia e por índios do Parque Nacional do Xingu. Não mais voltamos a ela.

Nos primeiros projetos também encontramos boas amostras da tradição cerâmica Una no Sudoeste da Bahia, sobre o rio Corrente, afluente do rio São Francisco, onde ela aparece em abrigos e em pequenos assentamentos na proximidade dos mesmos. Suas características em cerâmica, nos silos e nos produtos cultivados, são semelhantes às dos sítios pesquisados pelo setor de Arqueologia da UFMG. Uma amostra muito significativa foi localizada nas camadas superiores de abrigos de Serranópolis, onde não foram encontrados silos, mas sepultamentos infantis. Nas áreas por nós pesquisadas, os sítios estão em terrenos acidentados, nos quais outros grupos horticultores não costumam aparecer. O mesmo é observado por outros

pesquisadores de Minas Gerais e Goiás (Robrahn-González, André Prous, Alfredo Mendonça de Souza). Parece tratar-se de pequenos grupos que plantam diversas espécies tropicais, como milho, feijão, mandioca, cucurbitáceas, talvez algodão, mas que também apanham frutos do ambiente e caçam. Quem seriam seus continuadores? Greg Urban afirma que os Kaingang teriam saído do Brasil Central 3.000 anos atrás, quando esta tradição cerâmica já existia. Ela apresenta grandes semelhanças com a cerâmica da tradição Taquara/Itararé. Estaria ela implicada em sua origem?

Nossa contribuição para o estudo da tradição Tupiguarani foi variável: No Centro-Oeste foram estudados sítios isolados em Goiás, no Tocantins, no sudoeste da Bahia e no Pantanal. Neles costuma não haver nada além de cerâmica e algum lítico.

No Rio Grande do Sul estudamos a forma de ocupação ao longo de rios, que drenam o planalto: levantamento sistemático no médio Jacuí e no Ijuí, com seriações cerâmicas para inferir a movimentação das aldeias; duas escavações amplas na várzea do rio Taquari, que possibilitaram compreender a composição da aldeia; acampamentos de verão na floresta de restinga da Praia do Quintão, onde aproveitavam os recursos variados do mar, das lagoas, dos campos e matos da planície costeira. O estudo dos restos faunísticos desses sítios e do lítico das aldeias são contribuições importantes da equipe interdisciplinar. Nessas pesquisas as preocupações passaram a ser a aldeia com seu território, o assentamento regional, a complementaridade entre os sítios, os contatos com outros grupos, os cânones da pintura das vasilhas e sua variabilidade. Preocupa-nos que ainda ninguém tenha testado o modelo de assentamento proposto por Francisco Noelli (“Sem tekoha não há teko”, 1993).

A população da tradição cerâmica Taquara absorve hoje grande parte de nosso interesse. As pesquisas no Planalto do Rio Grande do Sul, neste momento, estão voltadas ao sistema de assentamento. Nesta linha de pesquisas temos insistido em levantamentos sistemáticos em áreas limitadas, buscando a variedade e variabilidade dos sítios, a estrutura dos assentamentos, a diacronia das estruturas, a ocupação das estruturas individuais. Conseguimos mostrar que as estruturas de um sítio podem ser de tempos bastante diferentes, cobrindo muitos séculos. Temos insistido também no estudo dos jazigos funerários, preocupados com a biologia, a saúde e a duração da vida dos depositados. Ocupamo-nos com a migração para o litoral, onde encontramos pequenos acampamentos estacionais no Litoral Central do Rio Grande do Sul e aldeias estáveis no Litoral Central e Setentrional de Santa Catarina. Neste caso nota-se uma avançada fusão com

populações sambaquianas.

Frente à afirmação de que os Kaingang seriam populações do tronco lingüístico Macro-Jê, que teriam saído do Brasil Central, aproximadamente 3.000 anos atrás, estamos interessados em saber como estas populações do Cerrado se teriam transformado nos construtores das casas subterrâneas dos pinheirais do frio Planalto das Araucárias e como os moradores das casas subterrâneas se teriam transformado nos índios Kaingang, os quais nada sabem a respeito das casas com pisos rebaixados.

O PASSADO E O FUTURO

Os objetivos do passado eram desbravar o território e caracterizar as culturas dessas regiões para construir uma história das culturas pré-históricas. Não nos ocupamos com arqueologia histórica. Considero bom o resultado alcançado. Territórios grandes foram estudados, fornecendo conhecimento sobre novas culturas e ao menos um primeiro esboço dessas culturas. Em algumas situações a caracterização feita por nós foi apenas um começo, que foi levado adiante e desenvolvido por outros pesquisadores e outras equipes. Em outros casos, nossos resultados predominaram e ninguém mais se preocupou seriamente com o problema.

Neste momento não estamos abrindo novos territórios, mas aprofundando problemas levantados anteriormente: os caçadores recentes da tradição Umbu, as casas subterrâneas, as adaptações de diversos grupos no litoral. Os projetos restringem-se ao Rio Grande do Sul e a Santa Catarina.

Nossos trabalhos foram e são acadêmicos. Atualmente há muito mais arqueologia por contrato, desbravando com mais efetividade os novos espaços, embora, geralmente, com menor aprofundamento. Projetos acadêmicos amplos, como o Pronapa, o Pronapaba, ou nossos projetos no Centro-Oeste são raros e difíceis de manter. A arqueologia por contrato, que desenvolveu bons procedimentos de campo, de laboratório e de prestação de contas, certamente vai fornecer muita matéria-prima para dissertações e teses, para onde talvez se desloquem as elaborações acadêmicas mais importantes. Com isto podem cumprir-se as tarefas importantes da arqueologia, que são: localizar, caracterizar, salvar, divulgar a história tanto das populações indígenas, quanto das populações coloniais que formaram o Brasil.

AGRADECIMENTOS

Quarenta anos é um longo tempo para lembrar companheiros, parceiros e financiadores. Neste momento é impossível esquecer membros da equipe, alguns dos quais colaboraram durante muito tempo ou se destacaram de outra forma para se alcançarem os resultados de que falamos. No Rio Grande do Sul preciso lembrar Ítala Irene Basile Becker, Guilherme Naue, Fernando La Salvia, Danilo Lazzarotto, André Luis Jacobus, Maria Helena Schorr, Pedro Augusto Mentz Ribeiro, José Proenza Brochado, Marco Aurélio Nadal De Masi, Ana Luisa Vietti Bitencourt, Jairo Henrique Rogge, Marcus Vinicius Beber, André Osorio Rosa, Fúlvio Vinicius Arnt, além de numerosos mestrandos, bolsistas de aperfeiçoamento, de apoio técnico e de iniciação científica. Do Programa Arqueológico de Goiás destaco Altair Sales Barbosa, Avelino Fernandes de Miranda, Maira Barberi Ribeiro, Irmhild Wüst, Marisa de Oliveira Barbosa, Binômimo da Costa Lima. No Projeto Corumbá, devo muito a José Luis dos Santos Peixoto e Maria Angélica Bezerra de Menezes. Para que todos os projetos e a equipe como um todo funcionassem foi essencial a organização e apoio da secretária do Instituto Anchieta de Pesquisas, Ivone T. Verardi.

Agradeço também ao CNPq a bolsa de produtividade, que mantenho durante todo este tempo, as verbas para realização dos projetos e os bolsistas de diversos níveis, que foram parte essencial dos projetos. À CAPES agradeço as bolsas de mestrado que permitiram a elaboração de temas específicos.

À Universidade do Vale do Rio dos Sinos, que me abriga entre seus professores-pesquisadores, à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, onde, durante muitos anos, tive meu espaço de pesquisa, à Universidade Católica de Goiás, uma parceira muito eficiente no desbravamento dos cerrados do Brasil Central, à Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, parceira nos projetos realizados naquele Estado, ao Colégio Catarinense que me confiou o acervo do pe. João Alfredo Rohr, SJ, e a continuidade de sua obra.